

ABORDANDO O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SUA RELAÇÃO COM A OFERTA DA EJA PARA OS ALUNOS DA ESCOLA DO CAMPO

ERLICH, Lenir dos Santos¹
FRENZEL, Marinalva Gomes Martins²
MELO, Cristiane de Jesus³
SILVA, Mariluce dos Santos⁴
SILVA, Neuza Aparecida da⁵

RESUMO: A EJA atualmente se configura como um importante conquista da cidadania em nossa sociedade e especificamente dentro da Educação do Campo. A Educação de Jovens e Adultos consiste em uma modalidade diferenciada e específica dentro da Educação Básica apresentando comumente alunos/alunas trabalhadores/trabalhadoras, marcados pela exclusão e/ou negação do direito à escolarização por vários motivos, sejam eles sociais, ou econômicos. A educação campesina deste modo vem sendo trabalhada com o intuito de atender as necessidades deste sujeito, de oportunizar o acesso a outros conhecimentos igualmente importantes. É necessário assim repensar a educação do campo com a Educação de Jovens e Adultos como métodos de transformação de sua clientela atendida através das políticas públicas. O presente texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica e de campo que contou com entrevista as gestores da Educação do Campo e objetivou identificar quais os elementos compõem as políticas públicas para a EJA, quais as dificuldades que este município encontra para cumprir o direito de homens e mulheres de iniciar seus estudos na vida adulta.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Educação do Campo; Políticas Públicas; Metodologias.

1-INTRODUÇÃO

A escolha do tema ocorreu devido a inquietação em investigar também o fato das escolas do campo necessitar de um trabalho diferenciado das escolas urbanas.

¹ Pedagoga pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúchos-MT. E-mail: lenir-serlich@hotmail.com

² Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: nalva_frenzel@outlook.com

³ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora na Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúchos –MT. E-mail: crisjmmm@hotmail.com

⁴ Pedagoga pelo Centro Universitário Internacional Uninter .Escola Municipal Gustavo Adolf Wilke em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: mariluce.ieq@hotmail.com

⁵ Pedagoga pela Universidade do Estado de Mato Grosso .Apoio Administrativo Educacional na Creche Municipal Pequeno Príncipe em Porto dos Gaúcho-MT. E-mail: neuza85_silva@hotmail.com

Através desse trabalho pretendem-se evidenciar o contexto histórico da educação do campo e da cidade, suas diretrizes e suas necessidades. Quanto aos elementos que o tema sugere podemos dizer que:

As políticas públicas não surgem como remédio para todos os males, mas como conquista que se impõe como resultado de uma realidade vergonhosa diante da sociedade contemporânea e do mundo globalizado. Nesse contexto a UNESCO, com reuniões internacionais, procura mobilizar os países com altos índices de analfabetismo a cumprirem metas estabelecidas. O acesso, ingresso, permanência e conclusão dos estudos a esse grande contingente de excluídos do nosso país precisa ser levado a sério sendo a limitação de financiamentos destinados a EJA um problema a ser resolvido (HADDAD e DI PIERRO, 2000, p.19).

A defasagem entre a idade do aluno e ano cursado na escola pode ser um precursor da evasão, que é à saída dos alunos do ambiente escolar. Seria mais adequado falarmos em exclusão escolar. Situação na qual os alunos vão sendo excluídos do espaço escolar, uma vez que há um despreparo da escola para garantir o acesso universal ao ensino de forma individualizada. Com o passar dos anos, e com todas as mudanças no país, trás de volta a necessidade do retorno aos estudos, o mercado de trabalho passa a cobrar um funcionário mais capacitado, não bastando somente à força física a necessidade agora é mão de obra especializada. (GALVÃO & SOARES, 2004).

A educação de jovens e adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos médio e fundamental da rede escolar, que recebem jovens e adultos que não completaram os seus estudos. Assim considerando o programa EJA na vida das pessoas, esse trabalho se propõe, através de revisão bibliográfica analisar como aconteceu a implantação da EJA nas escolas, focando as escolas do campo, dificuldades e perspectivas.

2- UMA BREVE DISCUSSÃO DA EJA NO BRASIL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se constitui como um advento do movimento da Educação Popular, com uma trajetória de desafios, sobretudo por ser uma opção para tornar mínimo a problemática da exclusão social. Entretanto, essa modalidade de educação, não se mostrou por muito tempo, como prioridade educacional, sendo apenas entendida e vista como política compensatória

direcionada a diminuir as taxas de perda de escolaridade em idade própria (HADDAD, S. & DI PIERRO, 1999).

No Brasil de acordo com Paiva (2003) as primeiras ações voltadas para a escolarização foram desenvolvidas já na época do Descobrimento do Brasil, onde os primeiros educadores foram os jesuítas, através da catequização da população indígena. Na época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes era privilégio das classes média e alta, as classes pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta. (GALVÃO & SOARES, 2004). A história da educação de jovens e adultos no Brasil se deu de forma profissionalizante, naquele momento era melhor capacitar os jovens e adultos para o trabalho nas indústrias. (GHIRALDELLI, 2008).

Contudo em 1824, foi promulgada a primeira constituição federal que trazia à importância do acesso a instrução primária e gratuita para todos os brasileiros, o que porém não se refletia totalmente na prática, ao passo que formalmente quem tinha direito a educação eram os homens livres. No início da República, nasceram algumas propostas de sociedade civil para a criação de cursos noturnos de instrução primária, de que poderia acontecer em órgãos públicos. (RAUBER, 2006).

Esses cursos eram de ações autônomas de grupos que os viam como uma forma de angariar futuros eleitores e atender ainda outras demandas. A EJA passou a ser observado com maior importância no início da industrialização do país, em meados de 1920, trazendo a necessidade da formação de mão-de-obra qualificada para exercer certas tarefas que estabeleciam certo nível de instrução e nessa época o analfabetismo já era considerado como um mau social nacional. (RAUBER, 2006).

A Educação de Jovens e Adultos é um fruto histórico de longo tempo em nosso país e se iniciou na época da colonização do Brasil com os jesuítas que até então tinha a função de educadores missionários junto aos adultos onde além de trabalharem como catequistas também ensinavam o idioma português e pretendiam a aculturação dos nativos (PAIVA, 1987).

A atuação dos jesuítas junto aos indígenas subtende-se, que além de ser um método eficaz de preparo as novas gerações também influenciaram a população adulta e no período imperial, advieram ações escassas educativas pautadas à educação de adultos, pois o contexto de cidadania naquela época estava estritamente ligada as elites, como direito. (SÁ, 2006).

Com as reformas acontecidas na Educação Brasileira nos anos 30, pela Constituição de 1934 salientou pela primeira vez em caráter nacional, a educação como direito de todos e que ela deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos e logo após Educação de Jovens e adultos passou a ser vista como uma demanda de política nacional, dever do Estado e principalmente como direito do cidadão.

Nos anos 40, a EJA era idealizada como mera extensão da escola formal e com metas a ser alcançada pelas Diretrizes escolares e o Governo Federal e entre as iniciativas educativas desta a época, se destacou a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário, no ano de 1942, que trouxe o ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos e também do Serviço de Educação de Adultos (SEA) e da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, sendo uma campanha que teve grande repercussão na produção de material didático específico EJA (ZANATO, 2009).

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos foi extinta no final da década de 1950 por problemas de gerenciamento administrativo e pedagógico e havendo a necessidade de promoção da qualificação popular no desenvolvimento do país, e desta forma houve a criação da Campanha Nacional de Educação Rural em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 que tiveram pouca duração e efeito. (ZANATO, 2009).

Colavitto & Arruda, nesse ínterim conjecturam que:

É possível participar de atividades e práticas letradas sendo analfabeto, podemos dizer que quase tudo que se faz na cidade envolve de uma forma ou de outra a escrita, sejamos ou não alfabetizados. Analfabetos tomam ônibus, olham os jornais em bancas e até retiram o dinheiro com cartão magnético, no entanto para compreender, analisar as práticas escolares, informações jornalísticas impressas, a literária, a burocrática, é necessário mais do que ser alfabetizado, como também desenvolver níveis de alfabetismo, e é justamente com a prática dessas atividades que esses níveis são desenvolvidos. (2014, p.04).

A partir dos anos 60 a EJA no Brasil esteve marcada por uma série de ações de combate ao analfabetismo, com destaque a criação do Plano Nacional de Educação, que foi orientado e proposto por Paulo Freire; e também a organização da Cruzada de Ação Básica Cristã (ABC) e do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), este último foi avalizado pelo Governo Federal posteriormente ao golpe militar. O plano Nacional de educação objetivava difundir

pelo país os programas de alfabetização de adultos preparados por Paulo Freire, que criticava o tradicionalismo do ensino e o uso da cartilha como instrumento didático, nascia assim o método Paulo Freire, que previa:

Que o alfabetizador deveria inicialmente fazer um levantamento do universo vocabular dos alunos, selecionando as palavras que melhor expressam a realidade de cada um, organizando-as de acordo com o grau de complexidade. A partir dessas palavras tidas como geradoras, o educador faria uma discussão com a turma destacando o papel do homem na formação de conhecimento e cultura. Em seguida, passaria então ao estudo de cada palavra geradora com auxílio de imagens que retratassem cada palavra, e por fim, essas palavras viriam a ser substituídas por temas geradores, aprofundando ainda mais o poder analítico e a visão crítica dos alfabetizandos, ao mesmo tempo em que aprendessem a ler e escrever. (ZANATO, 2009, p.15).

Com o começo da ditadura em 1964 se aboliu o Plano Nacional de Educação que era considerado uma ameaça à ordem, e foi lançado no ano de 1967 o MOBRAL, que não tinha função de formação de senso crítico nos alunos propendendo desta o controle da população pela educação. Em meados dos anos 70, passou a existir o Programa de Educação Integrada (PEI), que era proveniente do MOBRAL e perdurou até 1985. O MOBRAL foi suprimido no ano de 1985, sendo suprido pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, conhecida como Fundação Educar, que dava subsídios técnicos e financeiros a programas governamentais e empresariais que ofertava esta modalidade de ensino. (ZANATO, 2009).

O acesso à educação gerado pela urbanização e pela industrialização passou a ser visto pelos camponeses como um fator que poderia gerar uma mudança social, contribuindo massivamente para o êxodo rural. A escola durante muito tempo era elitizada, sendo inacessível para grande parte da população principalmente a população campesina. Ao longo da história do Brasil, o povo do campo era tido como excluído social e político, econômico e cultural. No campo ou na cidade, a evasão escolar sempre foi muito grande, em todos os tempos, fatores envolvendo exclusão social, trabalho infantil, vergonha, são razões para esta evasão. (GALVÃO & SOARES, 2002).

Desse momento em diante o Brasil ganhou alguns destaques como a Conferência Regional Preparatória da América Latina e Caribe e a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFITEA), que se realizou em Hamburgo, na Alemanha no ano de 1997. (UNESCO, 1997)

.No ano de 2000 com a aprovação e publicação do Parecer 11/2000 e a Resolução 01/2000, sob a responsabilidade do Conselho Nacional de Educação (CNE), se regulamentou e normatizou a EJA, proporcionando um novo olhar à modalidade e se extinguindo o termo “supletivo”. No começo do ano 2000 aconteceram os Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA's) que se seguiram nos anos seguintes e com várias contribuições pedagógicas público da EJA, num universo onde a modalidade ainda era pouco conhecida no país.

À medida que o analfabetismo vai sendo superado, que um número cada vez maior de pessoas, aprende a ler e a escrever, e à medida que, concomitantemente, a sociedade vai se tornando cada vez mais centrada na escrita (cada vez mais grafocêntrica), um novo fenômeno se evidencia: não basta aprender a ler e a escrever. As pessoas se alfabetizam, aprendem a ler e a escrever, mas não necessariamente incorporam a prática de leitura e da escrita, não necessariamente adquirem competência para usar a leitura e a escrita, para envolver-se com as práticas sociais de escrita. (SOARES, 1998, p. 45-46).

A população campesina foi mais beneficiada a partir da promulgação da Lei 9.394, de 1996, (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) que trouxe em seu artigo 37 garantia de acesso e a continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade em idade própria. Porém, foi com o Parecer CEB 11/2000, do Conselho Nacional de Educação que houve a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos

Posteriormente ao ano 2000, com o advento das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Resolução CNE/CEB nº 01/2000, a EJA passa a exercer um papel importante na sociedade, pois abandona o rótulo de compensadora de escolaridade em tempo perdido por que por vários motivos não tiveram acesso à escolarização e passa a ter três funções que proporcionam uma completa definição para essa modalidade da Educação Básica que são descritas assim:

A função reparadora está ligada à restauração de um direito negado aos jovens e adultos quanto ao acesso a uma educação de qualidade com uma metodologia voltada especificamente a esse público, e ainda ao reconhecimento da igualdade de todo ser humano ter acesso ao conhecimento, um bem social de valor inestimável. Outra importante função da EJA definida em suas Diretrizes Curriculares Nacionais refere-se à igualdade de oportunidades que possibilite aos educandos maiores condições de acesso e permanência no âmbito escolar, abrindo assim uma porta para a inserção desses jovens e adultos no mundo do trabalho, na vida social e política. Essa é a função equalizadora da EJA. Reconhecida como o próprio sentido da EJA, a função qualificadora corresponde à necessidade de propiciar ao educando a atualização de conhecimentos por toda a vida através de aprendizagens contínuas. Este sentido da EJA toma por base o

caráter incompleto do ser humano cuja capacidade de desenvolvimento pode ser atualizada em ambiente escolar ou não escolar, e há o apelo para uma educação permanente quanto no intelectual independente da idade. (ZANATO, 2009, p.16).

Observa-se assim que com todos os avanços da EJA em nível de Brasil sempre existiu uma intencionalidade das políticas dentro desta modalidade que ficou explícita com a oferta de alfabetização de Jovens e Adultos. Apesar de em alguns municípios a procura pela EJA ser tímida, é grande o número de jovens e adultos que estão fora da sala de aula. Algumas camadas populares não perceberam a importância efetiva de combate ao analfabetismo que mesmo apesar de ter diminuído entre a população adulta nos últimos anos ainda apresenta índices alarmantes havendo esforços para se mudar o paradigma de que os adultos analfabetos passem apenas a serem semi-alfabetizados, mas sim conscientes de suas capacidades enquanto cidadão crítico e transformador (MELLO, 2013).

Na Constituição Federal de 1988, art. 205, “A educação, é direito de todos e dever do estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por motivo sócio político o homem do campo sempre foi relegado a um segundo plano, e a frase “gente da roça não carece de estudar” é coisa de gente da cidade. Somente a partir de 1930, a educação, de modo geral, começou a chamar mais atenção, principalmente em função da urbanização e da industrialização do país. (PAIVA, 2003).

As políticas públicas enunciam uma mobilização dos atores sociais envolvidos dentro de um processo democrática com legitimidade e eficácia, assim esse movimento propõem dentro do jogo democrático buscar ações que contestem um quadro que precisa ser mudado para outro, que alcance a abranja mais sujeitos, de modos a torná-los cidadãos mais respeitados e mais convictos de seus direitos e deveres (JACOBI, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola por si é estrategicamente um importante agente social transformador. A EJA, especificamente no campo, nos leva a refletir sobre os elementos e políticas públicas que levam em conta as necessidades e carências dentro de sua realidade. Considera-se a EJA no campo como fonte de subsídios para todos que nela buscam uma melhoria na qualidade de vida e um aperfeiçoamento. Como em todas as modalidades de ensino é de grande valia que educadores busquem a qualificação com metodologias inovadoras dentro ou fora das escolas campesinas na parceria na aquisição de aprendizagens, pois estamos sempre aprendendo e ensinando como diz Paulo Freire.

A pesquisa delineada mostra que é necessária refletir, enquanto futuros pedagogos sobre a prática docente, pois não é somente dever do governo traçar políticas públicas. Todos os atores envolvidos precisam se preparar para o enfrentamento da problemática das causas e conseqüências da EJA no âmbito da educação do campo. Há também a necessidade da comunidade escolar como um todo tomar para si o papel na formação integral do cidadão, oferecendo um currículo dentro das possibilidades do educando.

Este referencial teórico nos mostra um avanço da EJA quanto da educação do/no campo, onde se percebe que mesmo com todo o avanço há ainda o fantasma do analfabetismo e da evasão escolar como grandes motivadores de desistência.

Este trabalho evidencia por meio de seus métodos de pesquisa ora seja levantamento bibliográfico ou entrevistas, que a Educação de Jovens e Adultos é uma necessidade imprescindível para inserção tanto profissional como social e a pesquisa ainda levanta que, pela prerrogativa de ainda haver muitas pessoas com pouca ou nenhuma instrução se precisa fortalecer e desenvolver ações para dentro da EJA, sobretudo no campo.

Enfim, a Educação do Campo tem como grande dilema a consolidação de uma educação fortalecida no seu ambiente, de modo a superar a dicotomia entre rural-urbana, se tornando a mesmo tempo única, o que vem se consolidando pelos avanços tecnológicos que vem por exemplo, diminuindo barreiras físicas e ao mesmo tempo resguardando a identidade cultural dos atores campesinos, de modo a combater estereótipos como a escola necessariamente agrícola.

Dessa forma concluo quanto a atuação da EJA é que o educador deve almejar um trabalho pedagógico que incentive no aluno a motivação para que este

lide com as diferenças, de forma que este também respeite e entenda suas condições culturais e combatendo especialmente a discriminação e os seus estereótipos e ainda se faz necessário o entendimento dos variados ritmos de progressão dos alunos, desenvolvimento de novos procedimentos metodológicos, elaboração de atividades que considerem a história e a variação de idades dos sujeitos do campo e principalmente a diversidade, o ciclo histórico de vida dos alunos, sempre reconsiderando a alternância dos alunos, observando o currículos e os métodos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COLAVITTO, Nathalia Bedran.. ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **Educação de Jovens e Adultos (eja): A Importância da Alfabetização**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014. Disponível em http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf. Acesso Mar 2017.
- GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; SOARES, Leôncio José Gomes. **História da alfabetização de adultos no Brasil**. In: ALBUQUERQUE, E. B.; LEAL, T.F. **A alfabetização de jovens e adultos: em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- GHIRALDELLI, Júnior Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: 3 ed. Cortez, 2008.
- GHIRALDELLI JR, Paulo. **O que é Pedagogia**. São Paulo, Brasiliense, 2006.
- HADDAD, Sérgio & DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n.14. Mai/Jun/Jul/Ago 2000.
- HADDAD, S. & DI PIERRO, Maria Clara. **Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil: Contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos**. São Paulo: Ação Educativa, 1999 (Paper).
- JACOBI, Pedro. **Políticas públicas e ampliação da cidadania**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.
- MELLO, Ângela Rita Christofolo de. **A Política Educacional de Jovens e Adultos e o processo de implantação dos centros de Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso (2008/2011)**. Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2013.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. 6°. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo, Loyola, 1987.

RAUBER, Pedro. **EJA: avaliação para uma análise qualitativa** Universidade Estadual De Mato Grosso do Sul. UEMS, Dourados, 2006.

.SÁ, Nicanor Palhares *et al* (Orgs.). **Instantes & memória na história da educação**. Brasília-DF: Inep; Cuiabá-MT: EdUFMT, 2006.

UNESCO. **V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos**. Hamburgo: Instituto de Educação da UNESCO, 1997.

ZANATO, Fernando da Silva. **O Ensino de Geometria na Educação de Jovens e Adultos: Concepções docentes**. UNEMAT. SINOP-MT, 2009.